

Quando idealizamos a Revista RET-SUS, nos demos um prazo. Pensamos que teríamos que exercitar a criatividade para elaborar as pautas de, pelo menos, os cinco ou seis números iniciais. Esse foi o tempo que julgamos necessário para a Revista 'engrenar' e as Escolas começarem a se enxergar nela e a se mobilizar para mandar material.

Surpresa: esta é a terceira edição e não param de chegar e-mails das ETSUS e de seus professores dando notícias, contando as novidades da sua Escola, colocando-se à disposição para enviar trabalhos e resultados de pesquisas que podem virar notícia para toda a Rede. Desde a Revista passada, temos sido obrigados a cortar matérias, pautar para os próximos números, para fechar a edição com 12 páginas.

Temos recebido também vários e-mails de professores das

ETSUS parabenizando pela Revista e agradecendo o envio. Mas há ainda uma notícia melhor: têm chegado mensagens de pessoas de diferentes lugares pedindo para serem incluídas na mala direta da Revista, inclusive um aluno de uma Escola Técnica, público que pensávamos atingir só mais adiante.

Ainda assim, se esta Revista é ou pretende ser o reflexo - e, ao mesmo tempo, mobilizadora - do que está acontecendo na Rede, continuamos contando com as sugestões de todos que a recebem para as próximas pautas. A entrevista desta edição, por exemplo, foi indicada pela diretora da ETSUS de Assis, em São Paulo. A reportagem de capa, sobre a precarização do trabalho em saúde, foi uma demanda apontada por alguns grupos no último encontro das Escolas, em Brasília. A matéria sobre os alunos cuja religião não permite que assistam às aulas

foi um meio de colocar o debate na Rede, atendendo a uma solicitação da ETSUS do Mato Grosso do Sul.

Por fim, gostaríamos de comentar o evento que criou o comitê executivo da Biblioteca Virtual em Educação Profissional em Saúde - BVS-EPS, no Rio de Janeiro. Isso porque o retorno que temos recebido dos professores em relação à Revista e o sucesso do encontro, que reuniu bibliotecários e pessoas que lidam com gestão da informação nas ETSUS, mostraram que a importância do trabalho em rede está, exatamente, na articulação possível com os diferentes profissionais das Escolas e, no âmbito mais geral, com os diversos atores envolvidos na educação profissional em saúde.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS

CAIU NA REDE É PEIXE!

caco



‘Educar é um processo de construir

A educação foi entrando na vida de Terezinha Azerêdo Rios aos poucos. Na graduação, ela formou-se filósofa. Em seguida, deu um passo em direção da pedagogia e fez o mestrado em filosofia da educação. Por fim, fez o doutorado em educação, na área de didática e teorias de ensino. Professora do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e assessora da vice-reitoria acadêmica da PUC de São Paulo, seu nome foi sugerido pela Escola Técnica paulista de Assis para a entrevista da Revista RET-SUS. Aqui, ela fala sobre temas como qualidade no ensino, formação para o trabalho e competência.

O que significa ‘qualidade’ na educação em geral e, mais especificamente, na educação profissional, que precisa ‘ensinar uma profissão’?

Penso que é preciso ‘adjetivar’ a qualidade quando nos referimos a ela, principalmente na educação. Usamos a expressão ‘de qualidade’ para indicar algo de caráter positivo. Assim, dizemos que queremos uma educação ‘de qualidade’, uma escola ‘de qualidade’ etc. Ora, qualidade é um atributo presente em todos os seres. ‘Azul’, ‘longo’, ‘honesto’, ‘monótono’, ‘feio’ são qualidades de coisas e pessoas. Portanto, tenho dito que é preciso explicitar de que qualidade estou falando. O que queremos, na verdade, é uma educação de *boa qualidade*. E temos necessidade de explicitar o que significa esse ‘boa’ com que ‘qualificamos’ a qualidade. Isso se aplica a todos os âmbitos da educação. No caso da educação profissional, talvez tenhamos que tomar um cuidado redobrado, na medida em que aí a idéia de qualidade às vezes vem ligada à ‘qualidade total’, que é a expressão utilizada para designar uma tendência que surge nos anos 50 do século XX no campo empresarial e que se sustenta em uma concepção que funciona como base ideológica do sistema capitalista e, portanto, é marcada pela

defesa do individualismo e da competição nas relações sociais. A boa qualidade, que queremos para nossa educação, se revela no trabalho competente, que tem como eixo fundamental a dimensão ética, cujo horizonte é a afirmação do bem comum. A formação de boa qualidade será, então, aquela que cria condições para a construção cotidiana e coletiva da cidadania e da felicidade.

A senhora diz que uma melhor qualidade para o ensino está na formação de pessoas capazes de ler, escrever e contar, não só livros e histórias, mas o mundo. No caso da educação profissional de nível médio, como podemos conciliar essa idéia de qualidade com a formação para o mercado de trabalho?

Educar é um processo de construir a humanidade. Portanto, em qualquer campo educativo, é importante formar *seres humanos inteiros* (atenção: ‘inteiro’ não quer dizer ‘completo’ – seremos sempre incompletos e talvez seja isso que nos constitui como seres utópicos, que buscam sempre mais!). Temos que evitar a fragmentação e, portanto, não restringir a educação a um pequeno espaço do conhecimento. É claro que é preciso levar em conta a especificidade das áreas da

formação profissional, mas isso não pode nos levar a um ‘especialismo’. Nós seremos tanto melhores especialistas quanto tivermos consciência da inserção de nossa especialidade num contexto mais amplo. Por isso, é mais importante falar em educação *para o trabalho* do que para o ‘mercado de trabalho’. Não podemos ignorar a existência desse ‘mercado’, mas temos que preparar indivíduos críticos que percebam as características do mercado e não simplesmente se adaptem a ele, que possam questioná-lo e transformá-lo, de maneira criativa e competente.

Na educação profissional e, especialmente, na formação de adultos, como se articulam o ‘saber’ e o ‘agir’? Nessa associação, como as escolas devem selecionar os conteúdos socialmente importantes para formar cidadãos felizes e profissionais preparados?

No agir das pessoas sempre se encontra presente um saber. Melhor dizendo, muitos saberes! A tarefa de refletir sobre os saberes que devem estar presentes no currículo dos cursos e de selecioná-los e socializá-los, que cabe à escola, é extremamente complexa. Quando buscamos formar um auxiliar de enfermagem,

a humanidade'

devemos pensar não só sobre o conhecimento técnico – conceitual e metodológico – que ele deve dominar, mas sobre o que ele deve conhecer sobre a sociedade em que vive, as outras pessoas com as quais se relaciona, as implicações éticas do trabalho que vai desenvolver. Minha tese é a de que o trabalho competente, de boa qualidade, é um trabalho que faz bem, isto é, que fazemos bem, que faz bem para nós e para aqueles com os quais nos relacionamos. E é preciso lembrar que, por sermos sempre incompletos, não estamos preparados de uma vez por todas. A formação profissional é contínua, não acaba no dia da 'formatura', na escola.

Na RET-SUS, lidamos com educação profissional em saúde, que acontece em serviço, fora do espaço da escola, na maioria das vezes, com professores que são profissionais dos serviços e alunos adultos, também trabalhadores do SUS. Como conciliar as 'necessidades específicas' dos educandos, os objetivos macro da educação e da saúde?

Vínhamos falando em formação continuada. Um dos aspectos dessa formação é a formação em serviço. Na educação profissional, temos a presença de 'educadores' que não tiveram formação pedagógica, o que leva ao enfrentamento de muitos problemas. Muitos acreditam que basta ser um bom profissional em sua área que será, conseqüentemente, um bom professor. Não é isso que se constata, freqüentemente. Por isso, há necessidade de uma formação pedagógica que se dá em serviço, na reflexão coletiva sobre o significado da docência, na busca dos saberes exigidos para ensinar e aprender. Se a Secretaria de Saúde, que promove o ensino em sua área, tem uma preocupação com essa dimensão

pedagógica, na certa buscará trazer para o trabalho os elementos exigidos para a formação de um profissional competente. Em última instância, os objetivos das áreas de educação e saúde se articulam, quando guardam referência ao bem, no sentido físico, social, ético, das pessoas, dos cidadãos.

No trabalho do professor, em sala de aula ou nos serviços, quais as especificidades do lidar com um aluno adulto e trabalhador? Há algumas pistas para um trabalho mais proveitoso?

Não é demais repetir sempre que um trabalho educativo terá melhores resultados quanto mais levar em consideração o contexto cultural e histórico em que vivem os educandos e suas características específicas. Paulo Freire, fazendo a crítica ao texto de algumas cartilhas de alfabetização de adultos em algumas regiões do Brasil, dizia: "São livros que falam de uvas e Evas para homens que nunca viram uvas e conhecem muito poucas Evas". Devemos levar em conta as necessidades concretas dos alunos com que trabalhamos para atingirmos de maneira mais efetiva nossos objetivos. Necessidades concretas não são necessidades *imediatas*, ditadas pelas contingências primeiras ou impostas pela mídia. São aquelas cujo atendimento vai ao encontro da realização do bem comum. Qualquer ensinamento tem mais ressonância se vai ao encontro do que *faz sentido* para os educandos. Portanto, temos que passar do estágio de entrega de informações para o da significação dos conhecimentos.

O que a adoção do currículo por competência muda de fato na edu-



cação e na educação profissional? O que isso pode acrescentar especificamente para a área da saúde?

A referência à formação por competências é recente no nosso espaço educacional. Ela tem ganhado força principalmente em virtude de estar presente nas orientações oficiais e nas discussões que se fazem nas escolas e entre os educadores. Penso que está presente no recurso à idéia de 'desenvolver competências' algo que pode ter um caráter positivo, na medida em que se procura trazer um dinamismo à ação educadora, ao se apontar para uma 'mobilização de saberes'. Entretanto, vejo, na prática, o risco de apenas se substituírem as palavras e efetivamente não se transformar a ação. Onde antes tínhamos saberes, capacidades, habilidades, hoje temos competências. Portanto, é preciso uma vigilância crítica para enfrentar o grande desafio que é o de construir de verdade um espaço de ampliação e aprofundamento dos saberes, articulados aos sentires, querereres etc, e caminhar na direção de uma docência da melhor qualidade. Na área da saúde, esse desafio se configura no esforço de trazer para a formação o verdadeiro sentido de saúde, que não é apenas o de construção do *bem-estar*, mas do *bem ser*, para falar à moda da política, articulada à ética.■

Perfil da educação profissional no Brasil

Estudo mostra situação da oferta de cursos técnicos no país

A maior parte dos cursos técnicos em saúde está concentrada na região sudeste. A iniciativa privada forma quase sete vezes mais profissionais do que o setor público. E a enfermagem é a área com maior demanda na educação profissional. Essas são algumas das informações da pesquisa “Tendências e situação atual da oferta do sistema educativo na área da saúde”, desenvolvida pela Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde, da localizado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública, da Universidade de Brasília (UnB). O estudo, que foi concluído este ano e se baseou nos dados do Censo Escolar de 2002, enfocou apenas a educação profissional.

Para se ter uma idéia, segundo a pesquisa, 80% dos cursos técnicos públicos e privados estão nas regiões sul e sudeste, enquanto a região norte possui apenas 2,5%, seguida pelo centro-oeste, com 5,1%, e nordeste, com 8,6%. O sudeste também concentra o maior número de Escolas Técnicas do SUS, 13 ao todo: sete em São Paulo (seis estaduais e uma municipal), três em Minas Gerais, duas no Rio de Janeiro (uma estadual e outra federal) e uma no Espírito Santo. Das outras ETSUS em funcionamento, sete estão no Nordeste, quatro no centro-oeste, três no Sul e apenas duas no Norte. Por enquanto, a região norte só tem ETSUS no Acre e em Tocantins mas, no próximo ano, outras

quatro deverão começar suas atividades no Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima. A maioria das novas unidades vai abrir as portas oferecendo cursos de Técnico em Higiene Dental e Técnico em Agente Comunitário de Saúde, áreas que vêm sendo incentivadas pelo Ministério da Saúde em virtude do investimento no Programa Brasil Sorridente e no Programa de Saúde da Família.

Mas a mudança de rumo nos cursos técnicos está apenas engatinhando. Como mostra o estudo, a sub-área de enfermagem ainda corresponde a 55% da demanda. Segundo Júlio Lima, coordenador da pesquisa, a procura pelo curso técnico em enfermagem tende a aumentar, já que essa qualificação detém 74,6% dos postos de trabalho. Simone Machado, coordenadora de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na saúde (Deges/SGTES/MS), concor-

da, mas destaca as novas apostas do Ministério: “A tendência em longo prazo é diminuir um pouco essa disparidade na procura por cursos técnicos, já que a política governamental visa estimular as necessidades locais. Mas a enfermagem vai continuar sendo a principal demanda”.

Dados sobre os egressos dos cursos técnicos mostram também que, na saúde, para cada aluno formado pelas escolas públicas, quatro vêm da iniciativa privada. Segundo o estudo, dos pouco mais de 68 mil alunos que concluíram cursos técnicos em saúde em 2002, pouco mais de 13% saíram das escolas públicas e quase 87% das particulares. E como o SUS é o maior empregador da saúde, a maioria desses profissionais vai trabalhar nos serviços. “Não podemos mais acreditar que o setor público será capaz de suprir toda a nossa demanda de profissionais. Por isso, o Ministério da Saúde vem estabelecendo uma aproximação tam-

bém com as escolas privadas, desde o Profae”, conta Simone. Mas como garantir, então, uma formação pautada pelos princípios do SUS? “As Escolas Técnicas do SUS devem ativar o contato com as escolas particulares na sua região, mapear os espaços de educação profissional. Devem ser mobilizadoras do compromisso do privado com o SUS”, responde. ■



Onde o trabalho, a educação e a saúde se encontram

O que é precarização do trabalho e como ela afeta a sua vida

Lembra do tempo em que você estudava, conseguia um emprego de carteira assinada ou prestava concurso público, tinha todos os direitos trabalhistas e era feliz para sempre? Tudo indica que esse tempo passou. Desemprego, trabalho informal, vínculos fracos ou inexistentes e ausência de direitos são o retrato de uma época que vive uma crise no mundo do trabalho, aquilo que vem sendo chamado de ‘precarização’.

Mas onde você, diretor, coordenador ou professor de uma Escola Técnica do SUS entra nessa história? A primeira resposta é óbvia: você é um trabalhador. A segunda também: você forma trabalhadores. Mas se esse é um problema do mundo do trabalho, que afeta todos os setores, por que esse tema virou prioridade no campo da saúde? Primeiro porque, no Brasil, a Saúde tem, tradicionalmente, movimentos sociais fortes e organizados. Segundo, e mais importante, porque a precarização do trabalho interfere diretamente no cumprimento de alguns princípios e diretrizes do SUS. Como garantir a atenção integral, por exemplo, com profissionais de saúde que não ficam no cargo nem o tempo suficiente para conhecer a população que atendem? “A precarização do trabalho na saúde afeta a tão desejada humanização dos serviços e compromete a relação entre trabalhadores e usuários do SUS”, diz Isabel Brasil, vice-diretora de ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV, no Rio de Janeiro. Por fim, como têm a proposta de formação em serviço, as ETSUS funcionam com professores que são, em sua maioria, profissionais do SUS e as Secretarias de Saúde a que a maior parte das Es-

colas é ligada, vivem com dificuldade para encontrar um meio legal de pagar a hora-aula.

Por que precarização?

Isabel Brasil explica que, no trabalho precarizado, que é uma tendência da organização econômica atual, os trabalhadores perdem direitos que foram conquistados de movimentos sindicais, políticos e sociais. Segundo ela, no mesmo pacote, vem o desemprego estrutural, situação que torna o trabalhador vulnerável, com escolhas e poder de negociação cada vez mais reduzidos. Ou seja, a precarização acaba sendo ‘vendida’ como a solução para o desemprego, mais ou menos como aquela história de ‘melhor ter um na mão do que dois voando’. “O pior é que isso é tratado como inevitável, como uma espécie de pequeno pedágio que seria preciso pagar para se ter acesso aos benefícios da modernização acelerada e violenta do capitalismo”, critica. E completa: “O custo humano não entra na contabilidade, não são levados em consideração o sofrimento, a angústia e a incerteza que isso causa no trabalhador”.

É considerada precária toda atividade que acontece sem direitos trabalhistas e de proteção social. Mas a amplitude dessa definição pode variar. No mais recente embate jurídico nacional sobre questões trabalhistas na Saúde, por exemplo, o Ministério

Público do Trabalho está exigindo que os gestores municipais façam concurso público para contratação de agentes comunitários de saúde. O MP reconhece irregularidade mesmo nos municípios em que o ACS tem **vínculo** de trabalho indireto, com todos os direitos trabalhistas, porque entende que quem exerce uma atividade permanente e essencial para o sistema deve ser integrado ao serviço público.

Segundo o documento que apresenta a agenda positiva do Degerts, de 2004, a única forma de contratação não-precária é a via CLT, desde que não seja temporário. O relatório destaca ainda que algumas relações de trabalho são legais mas, mesmo assim, não atendem às necessidades do sistema de saúde. É o caso das modalidades de contrato de trabalho por prazo determinado e temporário, no caso do setor privado, e da contratação por tempo determinado por excepcional interesse público, que limita-se a situações de epidemia, como tem acontecido, por exemplo, nos surtos de dengue.

Esse é um cenário geral, que aponta para um prejuízo da qualidade de vida do trabalhador. Mas muitos estudiosos do tema vêm dizendo que os processos de precarização afetam também, a longo prazo, a eficiência e, no caso das empresas privadas, a lucratividade, porque podem fazer com que os trabalhadores fiquem menos com-

Formas de vinculação ao trabalho: regime jurídico único, CLT, cargos comissionados, contratação temporária de excepcional interesse público, cessão, triangulação via cooperativas gerenciais, terceirização via cooperativas de profissionais, terceirização de serviços clínicos pela via de empresas privadas, contratação de parceria com organizações sociais, e, ainda, informalização pela via de bolsas de trabalho, pró-labore ou outras formas de bolsas. A lei limita a contratação temporária às necessidades de combate a epidemias.

Pagamento de hora-aula

A integração com os serviços é um dos princípios das Escolas Técnicas do SUS. Daí a opção por trabalhar com professores que já atuem como profissionais do sistema. Mas o que nasceu como uma estratégia pedagógica, marcando um diferencial das ETSUS, tem virado um tormento administrativo. O problema é que as Escolas precisam fazer malabarismos para conseguir pagar a hora-aula dos seus professores, em especial aqueles que são funcionários públicos.

Vera Lucia Ferreira, diretora do Cefor de Natal, explica que existe uma instrução normativa emitida pelo Ministério da Fazenda que proíbe o pagamento de servidor de qualquer nível — municipal, estadual ou federal — com recursos repassados via convênio. A maior ou menos rigidez para encontrar uma brecha depende, fundamentalmente, dos Tribunais de Contas dos estados.

Vera conta que no Rio Grande do Norte, por exemplo, nenhum servidor pode receber do governo estadual por prestação de serviço. A saída que a Escola tem encontrado é repassar o dinheiro para uma fundação que, aí sim, pode pagar os professores. Mas esse processo não é nada simples. “É muito trabalhoso, temos que abrir licitação e fragmentar os recursos para pagar taxas administrativas”, reclama Vera. Outro problema é que, dependendo da instituição que for fazer o repasse da hora-aula, o professor só pode receber por, no máximo, três meses seguidos porque mais do que isso configuraria vínculo empregatício. “Ainda não demos início ao curso de THD porque não conseguimos encontrar o melhor caminho para pagar os professores”, conta Vera.

A Escola encaminhou à consultoria geral do estado um pedido para que seja solicitada ao legislativo uma proposta de lei que regulamente o pagamento de hora-aula no caso específico da ETSUS. E, de fato, não existe, até agora, caminho para uma solução nacional, já que essa autorização depende da legislação estadual ou municipal. O estado de São Paulo, por exemplo, emitiu, em 1997, um decreto que permite que os servidores recebam por, no máximo, 40 horas mensais de aula.

prometidos com o resultado das suas ações. No caso da saúde pública, a precarização das relações de trabalho tem sido identificada há algum tempo como um obstáculo para o desenvolvimento do SUS. Para tentar combater e reverter essa situação em âmbito nacional, a atual gestão do Ministério da Saúde criou, na sua estrutura, o Departamento de Gestão e da Regulação

do Trabalho em Saúde – Degerts, ligado à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES.

O que dizem os números

Dados do Ministério da Saúde mostram que cerca de 30% dos trabalhadores da saúde no Brasil estão precarizados, o que representa cerca de 600 mil pessoas. Segundo o estudo ‘Trabalhadores Técnicos em saúde: formação profissional e mercado de trabalho’, da Estação Observatório dos Técnicos em Saúde, uma pequena parte do total de trabalhadores terceirizados ou informais diz respeito ao setor público. Com base na Pesquisa Assistência Médico-Sanitária, do IBGE, de 1999, o estudo mostra que, dos trabalhadores de nível técnico ou auxiliar do setor público, 87,1% têm vínculo diretamente com o estabelecimento de saúde para o qual trabalham; 8,7% têm o chamado vínculo intermediário, que pode garantir os direitos trabalhistas mas via processos como terceirização; e apenas 4,2% têm outro tipo de vínculo, que configura uma provável situação de precarização. Quando se passa para o nível superior, o vínculo intermediário sobe para 9,3% e o de trabalho precário vai para 7,7%.

Segundo a pesquisa, no setor privado a precarização de trabalhadores de nível médio é ainda menor (4,2% com vínculo intermediário e 3% com outro tipo de vínculo), mas aumenta consideravelmente no caso dos profissionais graduados: 45,1% têm vínculo próprio, 14,3% intermediário e 40,7% estão precarizados. O estudo conclui que muitos profissionais de nível superior acham mais vantajoso financeiramente ser terceirizado e manter uma condição de autonomia no mercado de trabalho, principalmente devido aos baixos

salários do emprego formal. Sinal dos tempos, como explica Isabel Brasil: “Com a precarização, ao invés de ter mais tempo livre, o trabalhador precisa ter dois ou três empregos para garantir o mesmo padrão de vida do passado. Isso significa mais cansaço e desgaste físico e emocional”. Os professores das Escolas Técnicas do SUS — que precisam ter, no mínimo, nível superior — são um exemplo desses profissionais que desenvolvem mais de uma atividade: nos serviços e na sala de aula.

Em relação aos trabalhadores técnicos em saúde, o estudo afirma que, de forma geral, prevalece a vinculação formal. No setor público, mais de 80% dos trabalhadores de todas as profissões e ocupações têm vínculo direto. Na iniciativa privada, estão no mesmo patamar os técnicos e auxiliares de enfermagem, técnicos em higiene dental e auxiliares de consultório dentário, técnicos e auxiliares de



farmácia, de nutrição e de dietética, em reabilitação, em vigilância sanitária e ambiental e os agentes de saneamento. Já os técnicos e auxiliares de patologia clínica, hematologia/hemoterapia e os técnicos em citologia, citotécnica, radiologia médica e equipamentos médicos são os trabalhadores com vínculos mais fracos.

O estudo conclui que os maiores índices de precarização afetam quem tem mais autonomia profissional. Nesse caso, os trabalhadores tradicionalmente mais reconhecidos pelo 'ato de cuidar' e pelo maior contato com os usuários, como enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, estariam menos expostos a vínculos fracos. Isso explicaria, inclusive, a menor precarização dos trabalhadores de nível médio em relação aos de nível superior.

Por essa lógica, os prejuízos da precarização do trabalho para o SUS seriam minimizados. Mas um primeiro problema é que estudiosos, profis-

sionais e movimentos sociais estão cada vez mais convencidos de que a preocupação com a humanização do sistema e o acolhimento ao paciente deve ser compromisso de toda a equipe e não apenas de alguns profissionais. Uma segunda questão, mais recente, é que, como a Revista RET-SUS noticiou na edição passada, atualmente o profissional cuja situação de precarização mais tem chamado atenção e gerado debate é o agente comunitário de saúde – ACS, exatamente aquele que é responsável pelo maior vínculo com a população na estratégia do Programa de Saúde da Família.

O PSF, aliás, tem sido o principal foco de concentração das relações precárias ou desiguais de trabalho. Como diz o relatório do Seminário Nacional sobre Política de Desprecarização das relações de trabalho no SUS: "As cooperativas, modelo que está sendo condenado pelo Ministério Público do Trabalho em todo o país, em relação àquelas que se configuram como fraude à lei, vêm se impondo como alternativas para responder à necessidade de criar um incentivo à dedicação integral de médicos e enfermeiros e até mesmo técnicos, possibilitando o estabelecimento de níveis de remuneração de duas a três vezes maior do que é recebido por outros profissionais da rede, que trabalham em ambulatórios e hospitais, com a mesma carga horária, acarretando sérios conflitos entre as duas modalidades de vínculos trabalhistas".

As discussões sobre a precarização do trabalho em saúde mexem

com os humores de profissionais e gestores, dentre outras coisas, porque envolvem cifras altas. Segundo dados do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde – Conass, juntas, as secretarias estaduais de saúde do Brasil gastam 5,3 bilhões de reais por ano com pessoal, entre ativos e inativos. Os gastos com trabalhadores em atividade representam 45,7% do total das despesas com saúde realizadas em 2002. Com o processo de descentralização, previsto nas diretrizes do SUS, os serviços de atenção básica ficam cada vez mais a cargo dos municípios e a contratação de pessoal para essa finalidade também. Com isso, outro fator que pesa sobre o ombro dos gestores é a lei de responsabilidade fiscal, segundo a qual um município não pode gastar mais de 60% do seu orçamento com pessoal. "Há situações de gestores que não têm outra forma de lidar com isso porque, na verdade, a questão da precarização deveria ser tratada como política macro de governo", diz Isabel.

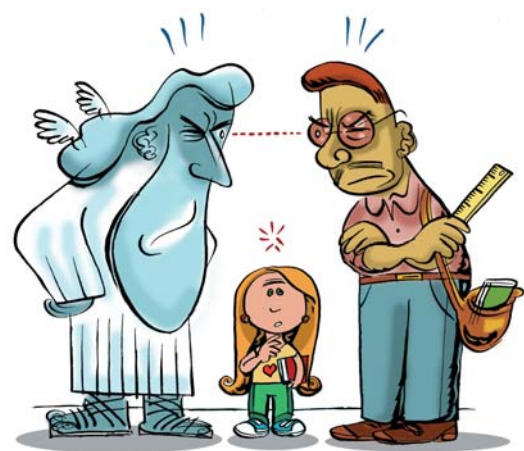
O Degerts foi criado exatamente para dar o tratamento de política nacional a esse problema. A função desse departamento é propor, incentivar, acompanhar e elaborar políticas de gestão, planejamento e regulação do trabalho em saúde em todo o Brasil. Para atingir esses objetivos, a agenda positiva do Degerts elencou como prioridade para 2004 a criação de um Plano de carreira, cargos e salários – SUS; do Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS; da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde, um espaço para discutir e recomendar ao Ministério normas sobre a regulação do exercício profissional e a definição da regulação de novas ocupações da saúde; das Mesas de Negociação Permanente do SUS, em que trabalhadores, empregadores, gestores e representantes do governo discutem e propõem mudanças em aspectos como jornada e condições de trabalho, salário e carreira; e o apoio à gestão do trabalho e da educação nas secretarias estaduais e municipais de saúde. ■



Aconteceu nas ETSUS

Adventistas do Sétimo Dia não querem aula no sábado

ETSUS de Assis e do Mato Grosso do Sul tentam resolver o impasse



O trabalho das ETSUS tem a ver com crenças religiosas? As experiências recentes da Rede mostram que sim. Estudantes das Escolas de Assis, em São Paulo, e de Mato Grosso do Sul — todos adventistas do sétimo dia — recusam-se a freqüentar as aulas de sexta à noite e sábado. O horário dos cursos, porém, é escolhido para atender à maioria dos alunos trabalhadores do Sistema Único de Saúde. As aulas acontecem de segunda a sexta à noite, com estágio supervisionado no sábado. Mas, segundo a religião adventista, o sábado é um dia sagrado e deve ser usado para o descanso. Para justificar essa atitude, eles citam a bíblia, em Êxodo 20:8-11: *“Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou”*.

Sem freqüentar as aulas na sexta e no sábado, os alunos ultrapassam o limite de 25% de faltas determinado pela Lei nº 9.394/96, do Ministério da Educação. No Cefor de Assis, em São Paulo, uma aluna de 64 anos, do curso do Profae, ao ser informada de que seria reprovada por falta, entrou com uma ação na justiça contra a Escola. A diretora da ETSUS, Maria Cecília Arantes, pediu uma

consulta à Secretaria de Estado da Educação que, com base na Legislação de Ensino Fundamental e Médio e na Constituição Federal, que forneceu o parecer CNE nº 15/99, segundo o qual: “não há amparo legal para o abono de faltas a estudantes que, com base em suas convicções religiosas, deixam de comparecer às aulas em certos dias da semana”. Além disso, se a instituição de ensino apresentar um calendário prévio, o aluno não pode contestá-lo depois do início das aulas. Com isso, a Escola ganhou a ação, mas a aluna não concluiu o curso. “Tentamos convencê-la pelo diálogo, mas como ela se mostrou irreduzível, recorremos à legislação”, diz Cecília.

O Cefor de Mato Grosso do Sul passou pelo mesmo problema recentemente. No início do curso, ao perceber que as faltas dos alunos adventistas eram constantes, a coordenadora do curso técnico em radiologia, Lúcia Oliveira, chamou os três estudantes para uma conversa e explicou que eles seriam reprovados caso não obtivessem o mínimo de presença exigido pela lei. “Nós demos a opção de eles cursarem as duas disciplinas da sexta-feira nas turmas de auxiliar de enfermagem e de técnico em higiene dental, já que são disciplinas básicas, mas eles não procuraram as secretarias desses cursos”, conta Lúcia. Segundo Washington Gonçalves, que já é técnico em enfermagem e está cursando o módulo 2 do curso técnico em radiologia, a posição da Igreja é clara e não há como “ir

contra a vontade de Deus”. “Eu não vou às aulas. Isso é fato consumado. Para mim, é mais importante ser fiel a Deus”, diz. Washington, no entanto, não se recusa a trabalhar aos sábados. Segundo ele, esse dia pode ser usado para o bem, como diz Jesus em Mateus 12:11-12: *“Qual dentre vós será o homem que, tendo uma só ovelha, se no sábado ela cair numa cova, não há de lançar mão dela, tirá-la? Ora, quanto mais vale um homem do que uma ovelha! Portanto, é lícito fazer bem nos sábados”*. “Eu não posso deixar de atender os meus pacientes. Ninguém escolhe quando vai ficar doente”, diz o aluno.

Quanto ao curso, a estratégia do estudante é cumprir todas as disciplinas e cursar as que faltarem em uma escola particular. A coordenadora de ensino da Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Isabel Brasil, explica que a troca de escola é legalmente possível, mas há uma perda pedagógica. “Acho que nós, educadores, defensores da escola pública laica e qualificada, devemos refletir sobre como qualquer prática religiosa pode atrapalhar um processo educativo. Certamente a formação desse profissional será prejudicada”, opina Isabel.

Como ser democrático sem se tornar excludente? Como ofereceu um ensino de qualidade sem ferir crenças individuais? Essa polêmica está na Rede para que as ETSUS discutam, reflitam e ajudem as outras a decidir seus impasses. Afinal, sua Escola pode passar por isso a qualquer momento.■

Mostra de Saúde da Família no Ceará

Escola de Saúde Pública comemora uma década do Programa



A Escola de Saúde Pública do Ceará promoveu, nos dias 3 e 4 de novembro deste ano, um evento que reuniu a 'I Mostra de Saúde da Família' e o 'II Seminário Internacional em Saúde da Família'. Com a participação de cerca de 700 pessoas, o encontro comemorou os dez anos do PSF no Ceará, com apresentação de vídeo, mesas-redondas, oficinas de trabalho e relatos de experiências.

A trajetória do Ceará representa um marco para a história do Saúde da Família no Brasil. Lá começou, há uma década, um trabalho que inspirou o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e, por consequência, o PSF, que hoje é considerado a principal estratégia de organização da atenção básica no país.

Nesse tempo, o PSF ganhou todo o território nacional, mas até hoje o Ceará mantém algumas especi-

ficidades. Lá, por exemplo, os ACS são pagos pelo governo estadual e não pelo município. O Ceará foi também o estado que criou o curso de tecnólogo, de nível superior, para esses profissionais.

Márcia Valéria Morosini, que representou a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio no evento, destaca a grande participação dos serviços apresentando suas experiências. "O que me impressionou foi ver o quanto os profissionais dos serviços estão refletindo sobre a sua prática", diz.

Apesar do foco na celebração local, o evento não ficou restrito aos limites do Ceará e teve, inclusive, participação internacional. Uma das mesas-redondas do encontro apresentou a experiência de Saúde da Família em Cuba, Chile, El Salvador e Brasil. "Percebemos o quanto o Saúde da Família é estruturante da atenção primária e o quanto a atenção primária é importante para a organização do sistema de saúde desses países", comenta Márcia. E completa: "Tanto nessas falas quanto nas experiências apresentadas ao longo do evento, ficou claro que a base da atenção básica não são as tecnologias duras — para usar uma classificação do Emerson Mehry —, mas sim a força de trabalho em saúde. E o trabalhador de nível médio, principalmente o ACS, é fundamental para o sucesso do PSF. Esse é o principal desafio imposto às instituições formadoras e às ETSUS em particular". ■

classificados



encontra

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), no Rio de Janeiro, e as ETSUS do Acre, Rio Grande do Norte e Blumenau vão produzir, juntas, material didático de apoio que será oferecido aos professores do curso técnico de agente comunitário de saúde em todo o Brasil.

A série de livros será produto de um projeto de pesquisa elaborado por profissionais da EPSJV e aprovado pelo Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública – PDTSP-SUS, uma linha de financiamento interno da Fundação Oswaldo Cruz. O objetivo do trabalho conjunto, potencializando a organização em Rede, é produzir material que apóie a formação técnica do ACS e sistematize uma bibliografia norteada por diretrizes nacionais.

O grupo convidou uma Escola de cada macrorregião brasileira — Nordeste, Amazônia e Centro-Sul, considerando-se uma divisão geoeconômica — para integrar o trabalho. As ETSUS vão indicar profissionais envolvidos na formação do ACS para participar de oficinas locais junto com a equipe de pesquisa e agentes comunitários da região.

A integração com as ETSUS tem também o objetivo de articular as diretrizes nacionais às realidades locais. Porque, além de abrir espaço para que os atores que fazem a formação participem da produção desse material, a parceria com as ETSUS vai possibilitar que os textos reflitam as principais especificidades de cada uma dessas macrorregiões. Juntando isso num projeto nacional, espera-se que a coletânea que as quatro Escolas vão construir possa contribuir com um conhecimento mais universal, sem perder a perspectiva regional, capaz de subsidiar as bases curriculares da formação do ACS.

O projeto tem duração de 18 meses. O trabalho propriamente dito vai começar em março de 2005 e a expectativa é que todo o material esteja pronto para disponibilização em março de 2006. A verba destinada ao projeto não inclui impressão, mas, quando os textos estiverem terminados, o grupo procurará fontes de financiamento para a sua publicação. Independentemente disso, o material estará acessível para todas as instituições que estiverem participando da formação do ACS.

Para divulgar esse material produzido pela Rede, o grupo espera contar com a Biblioteca Virtual de Educação Profissional em Saúde – BVS-EPS e, principalmente, com a articulação da RET-SUS.

Aconteceu nas ETSUS

Pernambuco promove curso de UTI

A ETSUS Pernambuco é a primeira Escola da Rede a oferecer o curso em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem em Infecção Hospitalar e Vigilância Sanitária. Participam do curso 850 profissionais dos sete maiores hospitais de Recife. A primeira turma, com 103 alunos, concluiu o curso no dia 5 de novembro.



As aulas foram ministradas por enfermeiros do SUS capacitados pedagogicamente pela Escola. O objetivo do curso, de 280 horas, que recebeu recursos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), é melhorar o atendimento dos pacientes de UTI, evitando contaminação e infecções hospitalares. A ETSUS promete abrir novas turmas em janeiro do ano que vem.

ETSUS Tocantins inaugura biblioteca

Fazer pesquisa ficou mais fácil para alunos, professores e funcionários da Escola Técnica do SUS de Tocantins. A Escola inaugurou, no dia 25 de outubro, na sua sede, em Palmas, uma biblioteca com 600 títulos. O acervo é composto com publicações das áreas



de nutrição, radiologia, psicologia, odontologia, enfermagem, hemoterapia e outros. Além dos livros, que foram adquiridos com recursos do Ministério da Saúde, a biblioteca também possui três computadores conectados à Internet para inserir a Escola no mundo digital.

Cefor de Pariquera-Açu concorre a Prêmio

O governo do estado de São Paulo está estimulando a qualificação de recursos humanos da saúde pública. Para isso, criou o Prêmio Gestão São Paulo – inovação em gestão pública, do qual a ETSUS Pariquera-Açu está participando. A premiação acontecerá dia 22 de novembro.

O Centro Formador de Pariquera-Açu é uma das escolas finalistas do prêmio por sua iniciativa em oferecer o curso técnico em radiologia para os funcionários da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) de Botucatu, atendendo a um pedido da instituição.

A Unesp solicitou que a ETSUS montasse um curso para atender 22 funcionários que trabalhavam, sem formação, no raio-X do hospital universitário. A Escola então montou o projeto, selecionou o corpo docente e ficou responsável pela supervisão do curso de radiologia, realizado em Botucatu. A formatura dos técnicos será dia 19 de dezembro.

Se o prêmio vier, você vai ler na próxima edição da revista. Mas a indicação já é um sucesso. “Estamos muito felizes por sermos considerados uma Escola de utilidade pública”, comemora Ruth Bundesen, diretora do Cefor.

Comunidade recebe atendimento odontológico



A ETSUS Tocantins está cumprindo seu papel pedagógico e social. Por iniciativa própria, a Escola fez uma parceria com o OdontoSesc - ônibus que contém quatro consultórios odontológicos - para proporcionar o estágio supervisionado para seus alunos do curso técnico de higiene dental. Os estudantes aplicaram seus conhecimentos teóricos com a supervisão de dentistas da Escola e do Sesc. Dentre suas atividades estavam os trabalhos de prevenção e promoção da saúde bucal.

Além dos alunos, a sociedade também ganhou. O atendimento odontológico é uma carência da região e a equipe do PSF não tem dentista. Com essa parceria, durante dois meses, os 60 alunos do curso e os quatro dentistas, atenderam cerca de 400 pessoas da comunidade ARSO 41, que fica no entorno da Escola.

ERRAMOS

Na página 8, da 1ª edição da revista, de outubro, na notícia “Cefor de Goiás cria biblioteca móvel para cursos descentralizados”, a van não foi doada pelo Ministério dos Transportes, como noticiado, e sim pelo Ministério da Saúde.

Na edição nº 2, página 10, na nota “SUS ganha oito novas Escolas Técnicas”, a ETSUS Tocantins começou o curso técnico em higiene dental no dia 14 de junho e não em julho, como foi noticiado.

ETSUS se reúnem para compor comitê executivo da Biblioteca Virtual de Educação Profissional em Saúde

Bibliotecários da RET-SUS se encontram no Rio de Janeiro



Estreitar os laços com os representantes das Escolas Técnicas do SUS de todo o país e, assim, torná-los parceiros na organização e desenvolvimento de dados e referências bibliográficas sobre educação profissional em saúde. Esses foram alguns dos objetivos do 1º Encontro do Comitê Executivo da Biblioteca Virtual de Saúde de Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS), realizado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no Rio de Janeiro, de 16 a 18 de novembro. O evento foi resultado de uma parceria da EPSJV com o Centro de Informação Científica e Tecnológica (Cict/Fiocruz), o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/ MS.

Durante o Encontro, organizado pela Secretaria Técnica da

da EPSJV e conheceram as bibliotecas virtuais geradas nessas unidades. Além disso, foram apresentados aos conceitos e à estrutura de uma BVS pelos palestrantes Miriam Piazza, bibliotecária da Bireme, Sarah Tavares e Regina Cardoso, da BVS-EPS. Os participantes também foram orientados quanto ao conteúdo e aos procedimentos para disponibilizar materiais na base de dados bibliográficos dessa Biblioteca.

A expectativa é que os participantes do evento sejam multiplicadores de informação, difundindo o conhecimento sobre o tema nas Escolas em que trabalham. Segundo Bernadete de Lemos Carvalho, representante da Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco, os materiais fornecidos durante o encontro serão úteis e o apoio à BVS-EPS será recíproco. “Há assuntos variados or-

ganizados no site da Biblioteca e poderemos fazer muita pesquisa. E também temos trabalhos de nossos alunos e professores que poderão ser incluídos como informações. É uma troca. Nós ajudamos a construir a BVS e, por outro lado, ela nos ajuda”, ressaltou. Para a diretora do Cefor de Pariqueira-Açu, Ruth Bundesen, a BVS vai ampliar os horizontes dos alunos e professores das ETSUS. “A biblioteca virtual traz material de qualidade para pesquisa e pode ajudar na qualificação docente. Isso vai mudar a formação técnica do Brasil”, disse.

ganizados no site da Biblioteca e poderemos fazer muita pesquisa. E também temos trabalhos de nossos alunos e professores que poderão ser incluídos como informações. É uma troca. Nós ajudamos a construir a BVS e, por outro lado, ela nos ajuda”, ressaltou. Para a diretora do Cefor de Pariqueira-Açu, Ruth Bundesen, a BVS vai ampliar os horizontes dos alunos e professores das ETSUS. “A biblioteca virtual traz material de qualidade para pesquisa e pode ajudar na qualificação docente. Isso vai mudar a formação técnica do Brasil”, disse.

Para a coordenadora da Secretaria Técnica da RET-SUS, Renata Reis, a BVS é mais uma perspectiva concreta de se trabalhar em rede. “Acho que este encontro reforçou ainda mais os elos e as trocas entre as Escolas. O movimento dessas instituições de se reconhecerem enquanto um elo da RET-SUS é um processo que tem tido avanços a cada dia. Acho que a participação dos profissionais das ETSUS nesse evento tende a reforçar e ampliar essa articulação”, destaca.■



ETSUS Acre leva curso de auxiliar de enfermagem a índios

Enfermeira trabalha em comunidade só acessível por barco

O acesso à região é difícil. Para se chegar a Santa Rosa do Purus, que fica a 850 Km de Rio Branco, é preciso navegar durante oito dias, rio a cima, nos meses da estiagem de chuvas (de março a setembro). Lá está a enfermeira Francisca da Silva, única profissional de nível superior que trabalha no posto de saúde do município. A pedido dela, a ETSUS Acre, utilizando recursos do Profae e a ajuda da Funasa, está oferecendo o curso de auxiliar de enfermagem para 39 pessoas. Dentre os alunos, estão 13 índios da etnia kaxinauá.

Os índios que participam do projeto foram escolhidos por sua aldeia e já fizeram o curso de agentes indígenas de saúde (AIS), oferecido pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Mas, segundo Francisca, é importante que eles complementem seus conhecimentos do curso de auxiliar de enfermagem. “Como as aldeias ficam muito longe de postos de saúde, é preciso que os primeiros socorros possam acontecer no próprio local. Os auxiliares de enfermagem têm essa competência”, diz a enfermeira.

Os alunos passam duas semanas no curso e o restante do mês em suas aldeias. O gasto com hospedagem e transporte dos índios é custeado pela Funasa. Por enquanto, as aulas práticas são ministradas no pequeno posto de saúde de Santa Rosa do Purus. Mas, de acordo com Francisca, o estágio supervisionado terá duas etapas: uma nas próprias aldeias indígenas e outra no hospital do município de Sena Madureira, maior cidade da região, distante 700 Km do local das aulas.

No primeiro momento, Francisca, única professora do curso, abordará questões relativas à saúde



Santa Rosa do Purus: índios assistem aulas a 850 Km de Rio Branco

indígena e aproveitará a ocasião para realizar um perfil epidemiológico de cada aldeia. “Na comunidade indígena, quero ter uma resposta prática do que o aluno aprendeu na teoria. O objetivo é trazer para a realidade deles o que foi ensinado em sala de aula. Além disso, vou fazer o levantamento das principais doenças indígenas e criar uma estratégia de aprofundamento do conhecimento do auxiliar de enfermagem na área”, diz Francisca. Em Sena Madureira, os alunos terão a supervisão de enfermeiros da Funasa. “Em um grande hospital, eles conhecerão procedimentos cirúrgicos e saberão como é o dia-a-dia de um auxiliar de enfermagem de uma cidade grande”, explica a enfermeira.

O curso de auxiliar de enfermagem começou em junho deste ano e está previsto para terminar no meio do ano que vem. Apesar da dedicação de Francisca, existem alguns obstáculos que precisam ser vencidos para o bom andamento do curso. Um deles é a deficiência no entendimento da língua portuguesa, caso da maioria dos alunos. Para solucionar o pro-

blema, três alunos do curso se disponibilizaram a dar um reforço escolar para seus colegas. As aulas de português acontecem depois da aula, durante uma hora. “A maioria dos alunos conclui o ensino fundamental em curso supletivo de baixa qualidade. Por isso, o entendimento do conteúdo do curso de auxiliar está comprometido. Minha esperança é que no reforço escolar eles possam melhorar o aproveitamento”, diz Francisca.

Lutando contra a adversidade, em prol de minorias excluídas, a enfermeira especializada em saúde pública, faz seu trabalho em Santa Rosa do Purus há três anos, quando fez a opção de sair da capital. “As oportunidades em Rio Branco são melhores, mas eu queria colocar em prática meus conhecimentos”, explica Francisca, que antes trabalhava na Casa do Índio. Essa história, da enfermeira e da Escola do Acre que levam o SUS às comunidades mais distantes, é um exemplo de como a educação e a saúde podem estar a serviço das necessidades locais. ■